

# Extensão universitária como diálogo entre o saber acadêmico e a realidade social

Joselita Ferreira de Lima\*

**Resumo:** Este texto traz à discussão o papel da extensão universitária na elaboração de um conhecimento teórico que seja resultado do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico, na perspectiva de construção de uma universidade mais democrática e menos elitista, comprometida com os interesses das classes subalternas, empenhada em contribuir com o desvelamento e a superação de uma realidade política e social, geradora de exclusão, que fere nossa dignidade e desafia nossos valores éticos e humanos.

Palavras-chave: extensão, educação popular, movimentos sociais

**Abstract:** This text brings about a discussion over the role of university extension in the elaboration of theoretical knowledge as a result of the dialogue between popular and academic knowledge with the perspective of constructing a more democratic and less elitist university, which should be committed to the interests of the deprived classes and concerned about revealing and overcoming a political and social reality which, by generating exclusion, wounds our dignity and challenges our ethical human values.

Keywords: extension, popular education, social movements

**Resumen:** Este texto propone la discusión del papel de la extensión universitaria en la elaboración de un conocimiento teórico que sea el resultado del diálogo entre el saber popular y el saber académico, en la perspectiva de la construcción de una universidad más democrática y menos elitista, comprometida con los intereses de las clases subalternas, empeñada en contribuir con el desvelamiento y la superación de una realidad política y social, generadora de exclusión, que hiere nuestra dignidad y desafia nuestros valores éticos y humanos.

Palabras claves: extensión, educación popular, movimientos sociales

---

\* Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); integrante do Grupo de Trabalho (GT) Rural do Setor de Estudos e Assessoria dos Movimentos Populares (SEAMPO) - UFPB. Contato: SEAMPO / CCHLA / UFPB: telefone (083) 216-7655, e-mail: fjoselita@hotmail.com

A universidade brasileira vem sendo alvo de reiteradas críticas sobre seu pensamento conservador e elitista. Ela tem sido acusada de posicionar-se segundo os interesses de uma minoria privilegiada, traduzindo em sua prática docente, predominantemente, a ideologia da classe dominante, em detrimento das classes subalternas, ou seja, “uma Universidade não planejada para as atividades transformadoras, mas para a manutenção” (MELO NETO, 1996, p. 15).

Estamos no século XXI, e as críticas à universidade continuam as mesmas. O pensamento elitista e conservador predomina, de forma hegemônica, na comunidade universitária.

Vivemos um momento histórico diferente da efervescência política da década de 60, marcada pelo envolvimento dos estudantes universitários nas questões nacionais, bem como, pelas lutas que expressavam um grande desejo de participação nas decisões do país - movimento que inquietou os militares, uma vez que os estudantes podiam contar com a simpatia da sociedade.

Hoje, os universitários parecem advogar em causa própria. A sua maioria está preocupada, apenas, com as possibilidades de ingressar num mercado de trabalho promissor que lhe garanta a própria sobrevivência e a de sua família. Estabelece-se o individualismo. Impera o famoso ditado (anti) popular: “salve-se quem puder”.

Até 1964, as críticas às universidades brasileiras giravam em torno de sua opção “elitista e ornamental”. Criticava-se a falta de conexão entre as universidades e o desenvolvimento do país, como também o reduzido acesso ao ensino superior, restrito a uma parcela mínima da população. Nesse período, alguns defendiam a superação do ensino humanístico pelo ensino técnico, em nome da modernização das universidades. Outros advogavam o engajamento universitário em projetos de assistência e promoção social (WANDERLEY, 1994). Mas, contraditoriamente, havia um espaço destacado pelo próprio Movimento Estudantil, com capacidade de fazer a universidade chegar ao povo, e fazer este chegar à Universidade. Tal possibilidade concretizava-se por meio das atividades de extensão universitária. Havia condições de a universidade ser alimentada pelo movimento da sociedade e esta se alimentar do patrimônio do conhecimento daquela.

A extensão universitária, historicamente, tem sido expressa como tentativa de aproximar as universidades das camadas populares; ainda que permeada, predominantemente, pelo caráter autoritário e assistencialista, privilegiando a prestação de serviços. Mesmo assim, não podemos deixar de constatar que a extensão universitária, ao longo dos anos, tem refletido a preocupação de aproximar a universidade das questões sociais e envolvê-la nestas.

Nesta perspectiva, insere-se o Movimento de Córdoba de 1918, ocorrido na Argentina, evidenciando-se na América Latina, por ter destacado em especial a relação entre universidade e sociedade, através da propagação da “cultura universitária”, via extensão. Apesar do caráter assistencialista, o movimento de Córdoba explicitou “a necessidade de vincular a universidade ao povo e à vida da nação através da extensão” (MELO NETO, 1996, p. 12).

No Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) movimento estudantil criado em 1938, ganhou maior projeção nacional com a Declaração da Bahia, documento-síntese do Congresso dos Estudantes em 1961, por explicitar a preocupação em vincular a universidade à transformação da sociedade. O documento também apresenta uma análise entre a realidade do Brasil e o papel das universidades brasileiras nesse cenário. Defendendo a necessidade de Reformas Universitárias, definiu como linha reguladora, “o compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo”, dando ênfase à necessidade de se “colocar a universidade a serviço das classes desvalidas” (MELO NETO, 1996, p. 13).

Em 1968, os militares realizaram a “Reforma Universitária”, que, segundo Santos (1986, p. 22), tinha como objetivo manter sob seu “controle e orientação” as reivindicações do movimento estudantil. Para tanto, criaram como programa de extensão, entre outros, o Projeto Rondon e Operação Mauá, de conteúdo assistencialista, e invasor das culturas locais. Para Santos (1986, p. 22), o regime ditatorial necessitava manter sob seu controle e orientação “as energias do jovem estudante universitário”.

O processo de discussão e análise sobre o papel da extensão universitária, entretanto, continuou no seio da universidade e em instâncias governamentais. No I Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Brasília no ano de 1987, a extensão universitária foi definida como:

o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão universitária é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico [...] (Apud JEZINE, 2002, p. 113).

Neste sentido, a extensão passa a ser vista não mais como mera prestação de serviços, mas como possibilidade de diálogo entre o conhecimento acadêmico e a realidade objetiva. Com esta perspectiva, os dados da realidade social podem redimensionar o conhecimento científico produzido na academia. Este conhecimento poderá, assim, estar permeado de conhecimento popu-

lar ou saberes que contribuam com a construção de uma universidade democrática e comprometida com as transformações sociais.

Para Wanderley, a extensão universitária deve ser uma finalidade básica da universidade, isto é:

... sua aplicação conseqüente já tem levado a redefinir os conteúdos de programas e cursos, reorientar as pesquisas, prestar serviços profissionais e outros que redescobrem o sentido a ser dado à ciência e ao conteúdo da formação profissional (1994, p. 46).

Convém destacar, então, as várias atividades desenvolvidas no âmbito da UFPB, Campus I, no campo da extensão universitária. De 1996 aos dias atuais, os programas de extensão da UFPB têm buscado realizar uma extensão distanciada da visão invasora e opressora do projeto Rondon e outros, investindo numa extensão como comunicação. Esse modo possibilita um diálogo re-elaborador do conhecimento produzido na academia, a partir de sua inserção na realidade. Como assinala Cananéia:

... caberá, pois, à Universidade Pública e plural, através da extensão, a tarefa de se rever a si mesma, à luz do que nos diz a realidade social. A empáfia da Universidade como dona do saber e o menosprezo pela cultura das classes subalternas, limitaram a relação Universidade versus sociedade a mera prestação de serviços (1997, p. 8).

A extensão, desenvolvendo-se nessa perspectiva, tornar-se-ia uma possibilidade real de rompermos com uma prática acadêmica dependente e importadora de modelos teóricos desconectados da realidade social, oportunizando a construção de um conhecimento acadêmico em condições de auxiliar na compreensão dos principais problemas locais e regionais, no desvelamento de suas causas e possibilidades de superação.

Essa tem sido também a orientação do Setor de Estudos e Assessoria aos Movimentos Populares da UFPB (SEAMPO)<sup>1</sup>, explicitada não só nos documentos, mas vivida nas práticas extensionistas, como observa Jezine (2002), em sua análise sobre a qualidade da assessoria desse setor da Universidade.

O SEAMPO entende a extensão universitária indissociada do ensino e da pesquisa, como espaço de contínuo diálogo entre Universidade e Sociedade, facilitado por uma metodologia participativa de trabalho que contempla os princípios da educação popular, do sentir/pensar/agir dos atores sociais envolvidos no processo educativo de produção de um conhecimento acadêmico organicamente vinculado às demandas dos Movimentos Sociais Populares.

A metodologia de trabalho utilizada pelo SEAMPO objetiva promover o exercício da democracia, tão au-

sente em nossa cultura política construída ao longo desses 500 anos de invasão portuguesa.

Atualmente, o SEAMPO conta com três grupos de trabalho (GT): o GT Indígena, o GT Rural e o GT Trabalho Precoce. O GT Indígena desenvolve suas atividades político-educativas junto aos povos indígenas Potiguara e Xucuru, respectivamente na Paraíba e em Pernambuco. No interior da universidade, buscam promover discussões a respeito da diversidade cultural, política e social dos povos indígenas na região nordeste. O GT Trabalho Precoce investe na formação de agentes sociais que atuam na área do trabalho infanto-juvenil no meio urbano e rural. O GT Rural atua junto aos trabalhadores rurais assentados, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Fóruns de discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável na Paraíba, promovendo o diálogo entre o saber acadêmico e o saber produzido pelos trabalhadores assentados e os movimentos sociais rurais.

O SEAMPO também participa de eventos promovidos pela UFPB e pela sociedade civil organizada na luta pela construção da cidadania e no esforço de integrar a universidade à sociedade, a exemplo da VI Plenária do Fórum Estadual de Saúde do Trabalhador e do III Seminário Educação e Movimentos Sociais.

A extensão que se desenvolve nestes setores da universidade objetiva contribuir, segundo Toscano (1996, p. 9), com o “desenvolvimento local, regional, e nacional” através de sua atuação extensionista. Mesmo que exista um esforço no sentido da implantação dessas possibilidades, esta, contudo, não é ainda a visão dominante no âmbito universitário. O meio acadêmico não joga todo seu potencial para colocar a Universidade a serviço dos interesses e necessidades da maioria da população, promovendo a democracia internamente em todos os seus setores e mecanismos de direção. Wanderley (1994) nos adverte de que a Universidade possui uma autonomia relativa, pois enquanto instituição integrante de um Estado (governo), a serviço da classe dominante, em sua estrutura organizativa, tenderá ao atendimento dos interesses dessa classe.

Sabemos que as funções das universidades públicas, em sua efetivação, são limitadas pela orientação política e ideológica institucional que interfere nas verbas destinadas à pesquisa, privilegiando determinados temas e determinadas orientações curriculares. O mesmo se dá com relação à extensão, que ocupa o último lugar na política universitária. Segundo dados do relatório de atividades do Departamento de Habilitações Pedagógicas (DHP), 499 horas semanais são destinadas às atividades de ensino, 69 horas semanais à pesquisa e apenas 54 horas semanais são dedicadas à extensão (Apud JEZINE, 2002).

No cotidiano da vida universitária, há predominância do ensino teórico, no que se refere à transmissão de conhecimentos já elaborados, em detrimento da pesquisa e da extensão.

Isso revela que ainda não há uma política universitária comprometida com o desvelamento da realidade brasileira, reivindicação do Movimento Estudantil nos anos de 1960. Predomina a percepção do conhecimento como algo estático, não necessitando ser reelaborado ou mesmo reinventado.

Mesmo com todas as dificuldades e obstáculos, faz-se necessário estarmos imbuídos da famosa "paciência histórica". É importante a institucionalização da extensão universitária para ainda poder tornar-se necessário o cultivo da esperança. Nesse sentido, tornam-se importantes as palavras de Serrano (1997, p. 7): "[...] uma universidade técnica e cientificamente competente, comprometida com as mudanças sociais, não se constrói de um dia para o outro".

Wanderley (1994, p. 10) nos mostra, no entanto, que a universidade, também fazendo parte das contradições do sistema capitalista, pode tornar-se possibilidade de engajamento nas lutas sociais, transformando seus intelectuais em "intelectuais orgânicos das classes subalternas", colaborando com a construção "de uma hegemonia da sociedade civil". Assim, tornam-se concretas as condições de possibilidades de diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular.

Contudo, estamos vivendo um período de descenso da sociedade civil no que diz respeito à sua força mobilizadora e reivindicativa. Tempo de desmobilização dos movimentos sociais e sindicais, reflexo, entre outras coisas, de um governo que, em nome da estabilização monetária, relegou a sociedade brasileira a uma condição acentuada de pobreza, desemprego, violência, fruto de um projeto de desenvolvimento ditado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a serviço do capital transnacionalizado e não das necessidades nacionais de desenvolvimento, que contemplem a melhoria de condições de vida do povo brasileiro. Tudo isso torna cada vez mais distante a possibilidade de termos nas mãos as rédeas de nosso destino.

O ensino realizado na academia, de forma predominante, não se orienta na perspectiva de desvelamento de nossa realidade social e nem na perspectiva de vislumbrar possíveis contribuições que cada área do conhecimento poderia oferecer para auxiliar na superação de nossos problemas mais urgentes com relação à melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Nesse sentido é que a extensão universitária poderia resgatar sua perspectiva histórica de pôr a Universidade em contato com as necessidades e demandas sociais. Não mais de forma assistencialista, mas como parceira/

aliada da sociedade civil na busca de efetivação da cidadania negada, construindo com esta um novo conhecimento, fruto do diálogo entre saber acadêmico e saber popular, num processo de vivência democrática.

A universidade, através da extensão, poderá vir a ser uma força viva na sociedade, contribuindo para barrar a arrogância e a prepotência de um capitalismo necrófago, sob o qual estamos vivendo, que se alimenta do desemprego, da guerra, da mortalidade infantil, da desesperança e da morte em vida de milhares de seres humanos.

## Notas:

1. Setor de estudos vinculado à UFPB, criado em 1985, desativado em 1987 e reativado em 1990.

## Referências

- CANANÉIA, Fernando Abath. Extensão universitária: educar e reinventar o poder da sociedade. *Revista de Extensão Universitária*. João Pessoa, ano II, n. 4, abr. 1997.
- JEZINE, Edineide Mesquita. *Universidade e saber popular: o sonho possível*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2002.
- MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: em busca de outra hegemonia. *Revista de Extensão Universitária*, João Pessoa, ano I, n. 1, jun. 1996.
- SANTOS, Renato Quintino dos. *Educação e extensão: domesticar ou libertar?* Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. *Revista de Extensão Universitária*. MEMORIAL. João Pessoa: UFPB, ano I, n. 3, jan. 1997.
- TOSCANO, Regina F. Almeida e LIRA, Adriana Monteiro. O que é extensão Universitária? *Revista de Extensão Universitária*, João Pessoa, ano I, n. 2, set. 1996.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *O que é Universidade?* 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos).